

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
BAHIA

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COM
ÊNFASE EM RECURSOS HÍDRICOS

VALÉRIA ARAÚJO PASSOS SANTOS

**REALIDADE SÓCIOAMBIENTAL ADVINDA DAS DINÂMICAS DE USO DA
BARRAGEM DE SÃO JOSÉ DO JACUIPE NO POVOADO DE JABOTICABA –
BAHIA.**

Senhor do Bonfim

2016

VALÉRIA ARAÚJO PASSOS SANTOS

**REALIDADE SÓCIOAMBIENTAL ADVINDA DAS DINÂMICAS DE USO DA
BARRAGEM DE SÃO JOSÉ DO JACUIPE NO POVOADO DE JABOTICABA –
BAHIA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para aprovação na Pós-Graduação *Lato Sensu* em Desenvolvimento Sustentável com Ênfase em Recursos Hídricos.

Orientador: Prof. Me. Márcio Lima Rios.

Senhor do Bonfim

2016

AGRADECIMENTOS

A Deus pela força de conseguir superar as dificuldades, a Pós-Graduação *Lato Sensu* Em Desenvolvimento Sustentável no Semiárido com Ênfase em Recursos Hídricos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano e a Coordenação Geral de Educação Ambiental da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), em especial ao professor Márcio Lima Rios pela orientação e apoio, aos agricultores familiares que gentilmente cederam seu tempo e suas informações, a minha família, que me incentivou o tempo todo, dando suporte para finalizar o curso, a APPJ (Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba), pela concessão de dados, relatórios e fotos disponibilizadas e todos que direta ou indiretamente contribuíram para a construção deste trabalho.

REALIDADE SÓCIOAMBIENTAL ADVINDA DAS DINÂMICAS DE USO DA BARRAGEM DE SÃO JOSÉ DO JACUÍPE NO POVOADO DE JABOTICABA – BAHIA.

Resumo:

Através do presente artigo buscamos por meio de resgate histórico analisar as formas de ocupação da Barragem São José do Jacuípe – BSSJ e as dinâmicas de usos do manancial, a fim de identificar os resultados socioeconômicos, compreendendo de que forma os usos adotados pelas famílias ribeirinhas contribuíram para a sua atual caracterização geográfica e para a convivência com o semiárido. Buscamos perceber em meio as suas particularidades – de posse da terra, do exercício da agricultura familiar, da produção de culturas irrigadas - como se dá a comercialização e segurança alimentar das famílias do entorno e quais as contribuições para a melhoria da qualidade de vida. Através da pesquisa qualitativa, baseada em questionários e história oral, percebe-se que a Barragem São José do Jacuípe é um potencial hídrico significativo que contribuiu desde sua construção para uma mudança socioambiental e cultural refletindo diretamente no modo de vida e no ambiente. Porém, há uma predominância de modelos e práticas produtivas não condizentes com a temática da sustentabilidade.

Palavras-Chave: agricultura familiar; irrigantes ribeirinhos, manejo de água.

ABSTRACT:

Through this article, we seek to analyze the forms of occupation of the São José do Jacuípe Dam and the dynamics of the use of the water well in order to identify the socioeconomic results and understand how the uses adopted by the riverine families contributed for its current geographic characterization and for the coexistence with the semi-arid. We seek to perceive in the midst of its particularities - of land ownership, of the exercise of family agriculture; of the production of irrigated crops - such as the marketing and food security of the surrounding families and what contributions to improve the quality of life. Through qualitative research, based on questionnaires and oral history, it can be seen that the São José do Jacuípe Dam is a significant water potential that contributed from its construction to a socioenvironmental and cultural change directly reflecting the way of life and the environment. However, there is a predominance of models and productive practices that do not fit the sustainability theme.

Keywords: family agriculture; Riverine irrigators, water management.

Introdução

A presente pesquisa científica interessa-se pelos aspectos geográficos e sociais que permeiam as dinâmicas de uso da Barragem São José do Jacuípe, atentando também para a área de Convivência com o Semiárido, temática indispensável na região da Bacia do Jacuípe, da qual a comunidade de Jaboticaba, Quixabeira - Bahia faz parte. A agricultura familiar, principal característica da área estabelecida como objeto de estudo, se configura como tema central e pode ser concebida enquanto uma classe de análise que engloba historicamente as peculiaridades da realidade camponesa, tais como a terra, o trabalho, técnicas e renda. Deste modo, é de suma relevância a compreensão dos desafios e possibilidades vividos pelos agricultores familiares no que diz respeito às suas dinâmicas de produção, tanto econômica, quanto social e ambiental, considerando as dificuldades e potencialidades territoriais.

Objetivando fomentar a discussão cultural e atender para as sociabilidades surgidas no contexto das famílias posseiras e do trabalho agrícola por elas realizado às margens da Barragem, anseia-se colaborar com a edificação de pesquisas/conhecimento a respeito da região, até então escassos. Como problema orientador do presente estudo apresentamos a questão: Quais as estratégias de uso e formas de manipulação da área do entorno da barragem ao longo desses anos pelas famílias agricultoras na comunidade de Jaboticaba? E quais os impactos na vida profissional e social dessas famílias?

Como objetivo, pretende-se observar de que forma as dinâmicas de usos da barragem ao longo desses anos, impactaram nas relações socioeconômicas das famílias agricultoras residentes na comunidade de Jaboticaba, investigando como tais atos (consequências e desdobramentos) interferiram no ambiente local, levando em conta o debate acerca da sustentabilidade. Mais especificamente, propõe-se atender para os entrelaces, hábitos, costumes, práticas e valores dos moradores da área, considerando as integrações advindas das relações estabelecidas com outras famílias da região que migraram para o entorno da barragem; observar como se dá a relação dos posseiros/agricultores com as instituições locais (Associações, Sindicatos e Movimentos Sociais), tal como as representações que estes têm do papel do “Estado”; além de investigar as relações de gênero existentes, observando a participação das mulheres, filhos e filhas no trabalho agrícola.

A área é marcada, quase que exclusivamente, pela agricultura familiar, sendo que o papel da mulher e dos filhos são absolutamente relevantes na produção. Para além, a construção da Barragem desencadeou no aumento e diversificação dos alimentos produzidos,

de maneira que o modo tradicional foi substituído por métodos similares aos do Agronegócio, com irrigações e uso de agrotóxicos, reforçando formas de uso insustentáveis pelas famílias.

Através deste artigo é possível compreender a cultura local ribeirinha estudada, permitindo o conhecimento de etapas para a construção da mesma, levando em consideração sua organização social, influencia no meio ambiente, práticas e costumes, permitindo-nos observar os fatores internos e externos que contribuíram para o modo de vida e sua relação com o ecossistema.

Método e Técnicas

O método escolhido é de caráter qualitativo, partindo da análise de dados cedidos por entidades/instituições/organizações sociais locais através de seu acervo e de entrevistas realizadas com agricultores e agricultoras familiares, moradores, ex-moradores e posseiros de terras situadas na Zona Rural de Jaboticaba às margens da Barragem. Através de uma abordagem que permita-nos explorar todas as informações obtidas considerando o contexto social, histórico e cultural dos indivíduos.

Como técnicas, os procedimentos foram constituídos pela coleta, seleção e análise de dados de caráter histórico, através dos relatórios e fotos acessados no arquivo da APPJ (Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba) e do STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) de Quixabeira; a realização de (10) dez entrevistas semi-estruturadas (fonte oral) realizadas individualmente, com representantes de cada família e com lideranças comunitárias que vivenciaram/presenciaram o processo de fundação da Barragem, através de visitas às suas residências, que possibilitou estabelecer contato com as memórias, vivências, representações e hábitos do grupo social; transcrição das entrevistas e, por fim, a análise qualitativa focada nos elementos apresentados nas falas e vivências relatadas (uso da História Oral). Enfatizando os relatos das memórias coletivas e individuais que dão vida ao passado explicando o presente.

“A história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos”. (THOMPSON, 1992, p. 17).

Para Thomson (1997) a História Oral permite recuperar experiências, principalmente de sujeitos considerados invisíveis na produção histórica. Por meio da pesquisa oral, torna-se possível o resgate das experiências de famílias de pequenos agricultores familiares. Thomson aponta:

A História Oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo (THOMSON, 1997, p. 68).

A partir desta nos foi possível conhecer algumas das dinâmicas e sociabilidades de modo a fomentar as discussões acerca das práticas locais, visando colaborar com a promoção de um desenvolvimento local preocupado com a sustentabilidade.

A execução da parte documental ocorreu entre outubro de 2015 e janeiro de 2016. As entrevistas foram realizadas entre os dias 01 e 07 de janeiro de 2016, seguidas das transcrições e análises. Na área estabelecida como objeto de análise, são aproximadamente trinta e duas famílias residentes e/ou proprietárias de lotes para a produção de alimentos. As entrevistas semi-estruturadas ou semi-abertas contaram com informações cedidas por antigos representantes locais que vivenciaram todo o processo, desde a construção, divisão de posse das margens, até a dinâmica de trabalho atual dos ribeirinhos. Tal técnica, onde o pesquisador estabelece algumas questões pré-definidas e mais gerais/amplas relacionadas ao tema de interesse, foi adotada por permitir uma maior flexibilidade, no sentido de garantir que aspectos considerados pertinentes sejam facilmente abordados e inseridos, enriquecendo o material por meio do surgimento de elementos diferentes a cada colaborador e contribuindo para uma boa interação entre entrevistador e entrevistado.

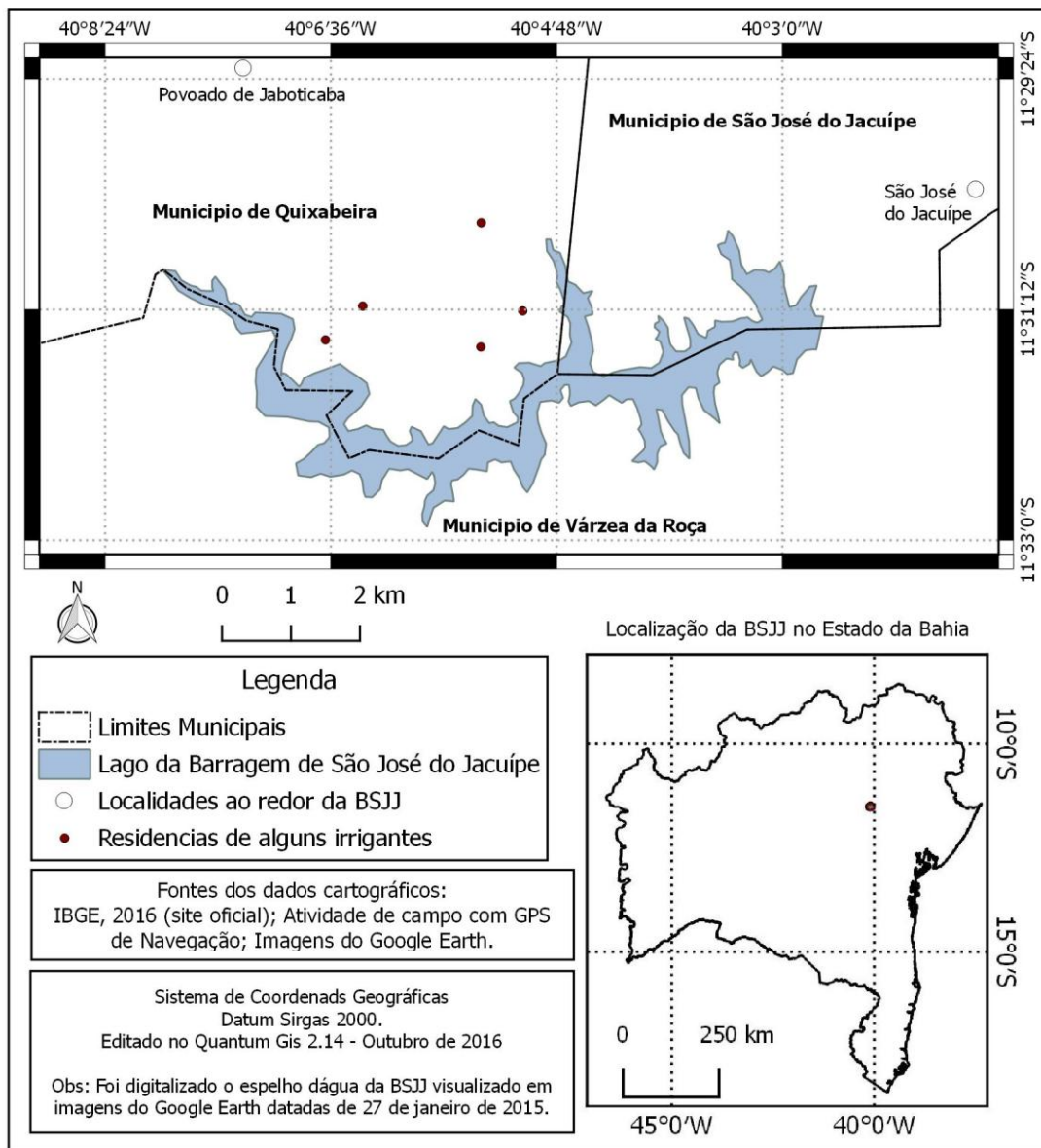
O roteiro da entrevista foi constituído por perguntas relacionadas ao período de chegada dos agricultores ao local, à situação da regularização da posse das terras, aos papéis que cada membro da família desempenha no processo produtivo, às práticas compartilhadas pelas famílias da região, mudanças observadas na comunidade após a criação da Barragem, determinantes para produção, formas de contenção de pragas, participação em movimentos e organizações sociais, paisagem, geração de renda, sistemas de cultivo, técnicas e recursos usados no trabalho, entre outras.

A Barragem São José do Jacuípe.

De acordo com dados do Relatório da Superintendência de Recursos Hídricos do Estado da Bahia - SRH (2003) a Barragem São José do Jacuípe (BSJJ) foi construída na década de 80, sobre águas do Rio Jacuípe, que tem as suas nascentes no município de Morro do Chapéu - BA a aproximadamente 1.200 m de altitude. No seu trecho superior, apresenta um fluxo no sentido geral oeste-leste, até o município de Gavião - BA, indo para a direção sudeste, até atingir o Rio Paraguaçu, onde tem a sua desembocadura no reservatório da barragem Pedra do Cavalo. A referida barragem é o maior potencial de água da região, com um perímetro que abrange 214,5 Km de extensão.

Ainda segundo o relatório da SRH (2003) “*A principal finalidade é o abastecimento de água alimentando os SAA¹ da Adutora do Sisal, de Quixabeira/Junco/Paraíso, Mairí e Várzea da Roça, além dos povoados localizados no entorno do reservatório*”. Além disso, possibilita em suas margens a aglomeração de agricultores e agricultoras familiares, ribeirinhos, posseiros e pequenos irrigantes que habitam e retiram destas áreas a sustentação e renda das suas famílias. A Figura 01, a seguir, apresenta mapa que localiza residências rurais de alguns irrigantes (moradores) do entorno da BSSJ no município de Quixabeira - Ba.

¹ Sistema de Abastecimento de Água.



A Figura 01 – Mapa da Localização do espelho d'água da Barragem de São José do Jacuípe-BSSJ e moradias de alguns irrigantes no município de Quixabeira - BA.

O Município de Quixabeira está localizado no Território da Bacia do Jacuípe, na região noroeste da Bahia, a 300 Km da capital, Salvador. Possui uma população estimada em 10.033 habitantes, área de 387,677km², segundo o IBGE (2015).

O Povoado de Jaboticaba fica a 09 km da sede do município de Quixabeira e possui 427 famílias² residentes no povoado, sendo que, parte dos posseiros e produtores tem residência na comunidade e outra parte, representada por cerca de 30 famílias residem no entorno da BSJJ. A barragem fica localizada a 03 Km do povoado de Jaboticaba e sua capacidade hídrica beneficiou durante anos os municípios da região com o fornecimento de

²Sistema de Informação de Atenção Básica- SIAB. Prefeitura Municipal de Quixabeira. 13/10/2015.

água encanada que, apesar de serem águas com elevado teor de sais, e, portanto, inadequadas para consumo humano, influenciou o turismo nas localidades ribeirinhas, possibilitando a pesca e a produção agrícola em terras às margens do manancial.

“A bacia do alto Jacuípe se caracteriza pela insuficiente oferta hídrica para satisfação das demandas humanas e viabilização das atividades econômicas, em razão do clima semi-árido, que condiciona a escassez e irregularidade das precipitações pluviométricas, e do caráter intermitente da maioria dos seus cursos d’água, com vazões dependentes das chuvas, e com muitos deles apresentando águas salobras, impróprias para consumo humano” (SRH, 2003, p. 41).

Diante da impropriedade do uso da água para fins domésticos (consumo), a demanda de uso da mesma acabou se orientando para a produção agrícola. A Barragem foi construída em terras de agricultores familiares indenizadas e demarcadas pelo Estado, como apontam os depoimentos colhidos que relatam também, que o projeto inicial previa a manutenção da área preservada e sem utilização para exploração agrícola. No entanto, esta tentativa foi motivo de lutas e revoltas articuladas com a participação de entidades de classes: sindicatos e associações locais, por parte das famílias ribeirinhas que viam no manancial a possibilidade de uma “exploração agrícola” para a “melhoria” da qualidade de vida destas. O choque de interesses fez com que o governo cedesse e repartisse entre os agricultores as terras das margens para plantio agrícola e criação de animais. Começa aí um processo de utilização das margens desordenada, desacompanhada, responsável talvez, pela incapacidade hídrica do potencial que aumenta gradativamente, como podemos observar na fala dos agricultores.

A partir de informações obtidas nas falas de todos os entrevistados, foi possível identificar que a área onde foi construída a barragem era dividida em fazendas de agricultores familiares situados em todo o perímetro, que foram indenizados pelo estado quando a Barragem foi construída. Depois, também a partir dos relatos, conclui-se que por resultado de reivindicação popular através dos meios representativos, a área foi repartida entre agricultores de baixa renda que idealizavam nas margens da barragem um ambiente de geração de ocupação e renda através da produção de alimentos. Com o tempo, essas terras foram repassadas (geralmente para membros da família) através da venda da posse, como aponta os recibos de compra e venda apresentados pelas famílias. Através de mecanismos de pressão social, houve a concessão do estado para a utilização das margens da barragem para fins de produção, o direito de posse, como demonstra a fala da liderança comunitária apresentada a seguir:

“E ai a gente pôde solicitar do governo, é (...) se a gente podia dividir as terras na área da barragem. (...) E os fazendeiros de terra que tinham maior parte das terras (...) E aí houve principio de guerra entre fazendeiro, pistoleiro e os agricultores(...) A igreja diocese de Bonfim, é, deu uma cobertura muito grande em relação ao advogado para poder proteger os agricultores perante a justiça (...) Ganhem a causa”.³

Os agricultores, apoiados pela instituição Católica Diocese de Senhor do Bonfim, conseguiram orientação jurídica e tiveram seus interesses atendidos no âmbito legal.

Agricultores familiares, posseiros e pequenos irrigantes: Uma abordagem socioeconômica.

Inicialmente, torna-se relevante ressaltar que o modelo da agricultura familiar representa cerca de 80% dos estabelecimentos rurais brasileiros, como aponta Melo (2002), o que demonstra a importância da atuação do setor no país, como também na região tomada para esta pesquisa. A fim de compreender e conceituar o grupo social no qual se concentra o presente artigo, consideramos pertinente trazer a Lei 11.326 (Brasil, 2006), que define como *agricultor familiar ou empreendedor familiar*, aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

Tal conceito aproxima-se completamente da realidade vivida famílias que ocupam o entorno da BSJJ no município de Quixabeira, e contibuem com suas dinâmicas de usos para uma sociabilidade local, incluindo em suas particularidades outra definição, a de posseiros que, conceituado na Lei nº 6.969 (Brasil, 1981), consiste em:

(...) todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, possuir como sua, por 5 (cinco) anos ininterruptos, sem oposição, área rural contínua, não excedente de 25 (vinte e cinco) hectares, e a houver tornado produtiva com

³Entrevistado 4, liderança comunitária, entrevista realizada dia 05 de janeiro de 2016.

seu trabalho e nela tiver sua morada, adquirir-lhe-á o domínio, independentemente de justo título e boa fé (BRASIL, 1981).

Estas famílias adotam também em seus modos de vida a introdução de diferentes modelos de produção em suas unidades familiares. Além de pequenos irrigantes, cultivam sequeiros em épocas favorecidas pelas chuvas e a criação de animais de pequeno e grande porte: aves, suínos, caprinos, ovinos e bovinos. São também beneficiários dos inúmeros programas e políticas públicas sociais voltadas ao setor da agricultura familiar instituídos no Brasil nos últimos anos: Bolsa Família, Garantia Safra, Pronaf, Agroamigo, entre outros, que se adequam como subsídios para a estruturação da produção e segurança alimentar.

Os agricultores e agricultoras familiares posseiros contam com um apoio legal para a prática da sua principal atividade econômica, a irrigação, que possui uma legislação própria no Brasil, prática essa que foi amplamente adotada desde a construção da Barragem São José do Jacuípe. O Ministério Nacional da Integração publicou a Política Nacional de Irrigação, disposta na Lei nº 12.787 (Brasil, 2013), que objetiva fomentar o aumento da área irrigada no país, refletindo no aumento da produtividade, que resultaria em um aumento da competitividade do agronegócio, garantindo inclusive a assistência técnica rural para os agricultores irrigantes.

A lei nº 12.787 caracteriza a construção de barragens e açudes para uso na irrigação como questão de utilidade pública e reforça a disponibilização de crédito rural para a compra de equipamentos de irrigação, colaborando para o uso eficiente dos recursos hídricos, que varia, obviamente, de acordo com os tipos desses equipamentos e manejo utilizados. O Art. 3º do capítulo III da Política Nacional de Irrigação atenta para o uso e manejo sustentável dos solos e dos recursos hídricos destinados à irrigação. Não obstante, esta não é a realidade observada na região tratada, marcada por fatores como a exploração demasiada/abusiva por parte da população e pela ausência de gestão estatal e municipal.

Nas entrevistas semi-estruturadas percebe-se uma tendência de reaplicabilidade nos cultivos, em outras palavras, a partir da experiência de uma família há um certo nivelamento de produção das mesmas espécies cultivares (alface, cebolinha, coentro, quiabo e pimentão). Dificilmente, encontra-se plantio de árvores frutíferas no perímetro, exceto no caso dos pés de umbuzeiro que, culturalmente, são mantidos nas propriedades.

Quanto à comercialização, além de distribuição em varejo para feirantes de toda a região, as famílias expõem e comercializa maior parte da produção em feiras livres, um comércio desafiador, pois não garante a comercialização de todos os produtos, levando em

consideração a concorrência da oferta, preço e qualidade. As sobras são devolvidas as áreas de plantio para servir de adubação, de acordo com as entrevistas realizadas. Se comparada ao início da utilização das áreas para cultivo, é possível perceber que ao mesmo tempo em que as famílias aumentaram a capacidade produtiva, houve, com passar do tempo e devido à exploração das áreas, um declínio produtivo de algumas espécies por conta da possível redução da fertilidade natural dos solos lavados constantemente pelo sistema de irrigação. Segundo uma das agricultoras que colaboraram com este trabalho, o motivo se justifica devido a condições naturais. No depoimento, referindo-se à capacidade produtiva, ela afirma que “com o passar do tempo a capacidade foi diminuindo por causa da temperatura”⁴, já segundo a Entrevistada 3, agricultora e residente as margens da Barragem, o motivo é outro: “É, diminuiu por que todo mundo tá uma coisa só. Todo lugar que você chega (...) na feira é a mesma coisa. Ai diminuiu por isso. Você tem uma mercadoria pra você vender e quando você chega na feira todo mundo tem aquela mercadoria”⁵

A geração de ocupação e renda é algo evidente entre as famílias. Uma maioria de 70% dos entrevistados declara que adquiriu, a partir da atividade, uma melhor estabilidade financeira, aquisição de bens e melhoria do conforto, uma vez que possuem residências próprias, eletrodomésticos, tecnologias, meios de transportes, entre outros, como demonstra o relato registrado na entrevista semi estruturada. “(...) todos os bens que a gente tem foram adquiridos, conseguidos, através dessa atividade aí, da terra”⁶.

Porém, essas famílias convivem com uma rotina exaustiva para a garantia de todos os processos: preparação do solo, plantio, manutenção, colheita e revenda, atentos ainda para periodicamente construir novas áreas para a garantia da escala de produção. No caso da mulher, sujeito ativo no processo, estas se desdobram para desenvolver ao mesmo tempo as funções domésticas corriqueiras e o trabalho de agricultura. Além da exposição constante aos raios solares, percebe-se certa displicência com a utilização de implementos para a proteção individual, inclusive na aplicação de inseticidas/agroquímicos, observações essas analisadas ao longo dos diálogos realizados em campo, que demonstram que o grande índice de mão de obra familiar nos processos produtivos, como também a rusticidade no processo de molha utilizando irrigação com mangueira, método tradicional, não adequado para a demanda, pois apresenta sinais de desperdício e lavagem do solo. Os filhos contribuem desde cedo, embora

⁴Entrevistada 2, agricultora, entrevista semi-estruturada realizada dia 30 de dezembro de 2015.

⁵Entrevistada 3, agricultora, entrevista oral realizada no dia 22 de julho de 2016.

⁶Entrevistado 5, entrevista semi-estruturada realizada dia 30 de dezembro de 2015.

sejam designadas a estes as tarefas mais simples e leves, demandadas diariamente na propriedade.

O resultado da entrevista semi-estruturada identificou que a região é povoada por famílias pequenas, em média cinco membros, de faixa etária entre 25 a 50 anos, com baixo grau de escolaridade, exceto os mais jovens que possuem segundo grau (ensino médio), maioria de origem local e/ou cidades circunvizinhas, sendo que a construção da BSSJ foi o motivo da migração. São agricultores familiares que vivem em sua grande parte, na unidade de produção familiar, inclusive no perímetro da barragem. Em média as propriedades possuem 32,71 tarefas (o que equivale a 14,22 hectares), cuja maioria está em nome dos homens. É neste espaço que as famílias produzem alimentos para fins de segurança alimentar e comercialização. Vale ressaltar que são todos secundários na posse destas terras, adquiridos por meio da compra de antigos possuidores, sendo estes em sua maioria membros da própria família.

Uma mesclagem entre o sustentável e o insustentável.

Analisando, no contexto das atividades agrícolas das margens da Barragem, os modos de produção e as preocupações em atrelá-los a preceitos que presem pela harmonia com o meio ambiente, trazemos a contribuição do ecossocioeconomista polonês Sachs (2000) que aponta três pontos centrais compositores do desenvolvimento sustentável, que são: a relevância social; a prudência ecológica e a viabilidade econômica. Conceituando a noção de “impacto ambiental”, Santos (2008) argumenta que:

Impacto ambiental é o desequilíbrio consequente de um dano que se vale de agentes diversos capazes de interromper a harmonia existente na relação entre ser vivo e natureza, por causa da ação do homem sobre o meio ambiente (SANTOS, 2008, p. 89).

Almeida e Rigolin (2002) colocam que os impactos ambientais são tipos de choques, que atuam rompendo o equilíbrio ecológico, choques provocados pela ação humana. Nas margens da Barragem São José do Jacuípe a ruptura do equilíbrio ecológico comporta vários aspectos: naturais (principalmente solo e cobertura vegetal), a intervenção humana e mais ainda a ausência de políticas direcionadas para a racionalidade do uso das áreas, tal como ações voltadas para sua proteção, conservação e preservação ambiental por parte do estado. De fato, surge como produto destas ações desordenadas a interrupção da harmonia entre ser vivo e natureza.

No caso específico da BSJJ, a ação humana dentro deste espaço é uma questão relevante que pode ser eleita como principal responsável pela devastação ambiental da área, vastamente praticada por meio do desmatamento da vegetação para uso do solo para plantio, queimadas e pelo uso de agroquímicos, ações que, embora consideradas típicas de grandes produtores, do chamado agronegócio – ou, como aponta Melo (2002) da “agricultura patronal”, têm sido adotadas por agricultores familiares.

No Brasil, de acordo com estudo realizado pela FAO/Incra (1994), os produtores rurais estão inseridos em dois modelos gerais: o da agricultura patronal e da agricultura familiar. Esses modelos possuem características diferenciadas quanto a: cultura adotada, tamanho da área produzida, direção e execução do processo produtivo e utilização do trabalho assalariado. (MELO, 2002, p. 02)

O agronegócio, através dos meios midiáticos e da propaganda, consegue infiltrar e reproduzir a transformação dos modelos tradicionais e mais sustentáveis de produção, incorporando a implantação de diversas técnicas, implementos e produtos totalmente desvinculados da proposta da sustentabilidade. O ideal pregado e aplicado busca fugir de atividades que reforçam um modo de produzir completamente tradicional, rústico e desgastante, livres da preocupação com os pilares da sustentabilidade, social, econômico e ambiental.

Foi possível identificar por meio das memórias e relatos que mesmo com situações adversas como a salinidade da água e o aumento da propagação de pragas e insetos no decorrer dos anos, por diversos fatores, há estabilidade no retorno econômico, pois os agricultores conseguem produzir e comercializar, tendo em vista a não interrupção da produtividade mesmo em prolongados períodos de estiagens. Em trabalho realizado por Santos (2013) sobre a qualidade da água da Barragem de São José do Jacuípe, numa área próxima ao perímetro estudado, chegou-se a informação que:

“A água antes enquadrada como C3S1⁷, em 1996, passa a ser enquadrada como classe C4S2⁸, a partir de junho de 2012. A classe C4 significa que a água tem uma salinidade muito alta, não podendo ser usada em condições normais, apenas em solos muito permeáveis e plantas altamente tolerantes aos sais. Quanto ao perigo de alcalinização, a classe S2, indica teor médio de sódio. Em associação com alta salinidade, pode produzir níveis tóxicos de sódio trocável nos solos, necessitando de práticas especiais de manejo. O

⁷ C3S1: A classificação da água é C3S1, água de salinidade alta e alcalinidade baixa. In: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAesoAAL/apostila-irrigacao-completa?part=12>.

⁸ C4S2: A classificação da água é C4S2, água de alta salinidade e mediana sodicidade. In: http://esabrazilinfo.com.br/images/JESAM_trab_tecnicos/Irrigacao_salinidade_JESAM.pdf.

rendimento dos cultivos é seriamente afetado nessa situação” (SANTOS, 2013, p.83).

Outro aspecto importante no processo de cultivo nas margens da Barragem São José do Jacuípe é o uso constante do que os agricultores entrevistados chamam de “remédios”⁹, não levando em conta todas as consequências diretas e indiretas do uso dos agrotóxicos para os consumidores e o meio ambiente. Nesse ponto vale frisar as grandes dificuldades em se produzir de forma orgânica, diante de inúmeras adversidades que interferem na produtividade do cultivo, como, clima, qualidade da água e qualidade do solo, além de questões mercadológicas, associados à competitividade durante a venda, baixa instrução técnica, dentre outros desafios que os agricultores encontram para manter um equilíbrio ecológico e econômico, ambos importantes para qualidade de vida.

Atualmente predomina-se o cultivo de coentro, cebolinha, alface, quiabo e pimentão, produtos que são comercializados em feiras livres da região, havendo uma dinâmica planejada de divisão de região para comercialização, ou seja, os agricultores comercializam em diferentes regiões e feiras livres, a fim de potencializar a venda e evitar a concorrência entre os produtores vizinhos.



Figura 03 – Foto de plantio de hortaliças (cebolinha, coentro, alface e pimentão) em torno da BSSJ, propriedade do Entrevistado 1, julho de 2016.

⁹ Agrotóxicos.

Através das entrevistas foi possível identificar que houve uma transição nos moldes de produção. Relatos de que as áreas as margens da Barragem São José do Jacuípe se apresentavam de forma muito fértil, produzindo com facilidade alimentos tradicionalmente plantados pela população local: mangalô, cana-de-açúcar, mandioca, feijão, milho, abóbora, melancia, entre outras. Quando provocados sobre a produção nos primeiros anos de existência da Barragem, diversas falas reforçaram a grande produtividade, como demonstra as falas da Entrevistada 2: “A propriedade era de boa qualidade, os recursos bem distribuídos, tudo que se plantava colhia”¹⁰ e do Entrevistado 2, “No início eu plantava tomate, pimentão, batata doce e milho. Hoje eu só planto só verduras, só (...) alface, coentro, cebola verde as vezes vario com outras coisas, melancia. (...) a gente plantava e aí teve umas frases que, o plantio de tomate fracou mais um pouco (...) chegou um tempo que começou criar muita (...) praga e foi mudano né”¹¹.

Com o passar do tempo, a área começa a ser desmatada no intuito de inserir no espaço a produção de outros alimentos até então não cultiváveis na região, como o tomate e o pimentão, coentro e alface, além de outras culturas, como podemos ver no trecho seguinte: “As terras eram produtivas, mas teve que haver o desmatamento para iniciar o plantio, plantava milho, feijão, abóbora, melancia e mandioca”¹².

Ao mesmo tempo, houve o despertar das famílias para o aumento da escala de produção visando à comercialização dos produtos em feiras livres, uma vez que, a própria mídia se encarregou de divulgar e incentivar por meio de propagandas e jornalismo o consumo de alimentos saudáveis, especialmente frutas e verduras, eis a mescla entre aspectos da agricultura familiar e práticas do agronegócio a que nos referimos.

Atualmente, nos deparamos com uma transição. A mídia era alvo de alimentos ricos em açúcares e gorduras, além do aumento no tamanho das porções, o que agravava ainda mais o sistema de saúde pública. Hoje, já é possível assistir propagandas e reportagens sobre alimentos saudáveis, principalmente aqueles que previnem alguma doença, como câncer, diabetes, obesidade, etc.(...) Outro fato marcante é que grandes empresas de fast foods já se preocupam em variar a oferta de alimentos, oferecendo saladas e frutas em seus cardápios. Isso é consequência do aumento da preocupação com a saúde por parte da população, visto que pessoas conscientes e mais exigentes geram melhora na oferta de serviços (CENESC, 2016).

¹⁰Entrevistada 2, agricultora, entrevista semi-estruturada realizada dia 30 de dezembro de 2015.

¹¹Entrevistado 6, agricultor, entrevista semi-estruturada realizada dia 22 de julho 2016.

¹²Entrevistado 1, agricultor, entrevista semi-estruturada realizada dia 30 de dezembro de 2015.

Como estratégia de controle de pragas e, conseqüentemente, a garantia da produção, as famílias passaram usar os agrotóxicos para o controle de pragas e doenças, método que é utilizado por 100% das famílias pesquisadas. Segundo o Entrevistado 1, “Antes, era destoca, mas agora estou pensando em utilizar veneno”¹³. Indícios de que a manipulação destes acontece de forma desordenada, individualizada e orientada pela vontade de cada produtor, que inclusive, não seguem as orientações de uso, quantidade e carência. Analisado a afirmação de que a produção é utilizada na alimentação da família, subentende-se que há um grau de irrelevância por parte das famílias quanto às problemáticas advindas desse modelo de produção. O uso de agroquímicos reflete em diversos aspectos ambientais e de saúde, tal como demonstra a citação a seguir:

Além da saúde humana, a larga utilização de agrotóxicos no processo de produção agropecuária tem trazido uma série de transtornos e modificações para o ambiente, seja pela contaminação das comunidades de seres vivos que o compõem, seja pela sua acumulação nos segmentos bióticos e abióticos dos ecossistemas (biota, ar, água, solo, sedimentos etc) (MOURA, 2003,p.16).

Ao mesmo tempo em que admitem tomar medidas simples para a conservação da água e do solo, reconhecem que não existe zelo, “não existe zelo, mas existe a consciência de que está errado, porém precisa de algumas técnicas para produzir”¹⁴. Percebe-se que no imaginário destas famílias, a barragem é uma fonte de água infinita, que não corre o risco de ser destruída pela ação humana, a fala do senhor Agenário reforça ainda mais a questão de tratamento com a água, “Eu mesmo vou te falar a verdade... Eu mesmo já fiz muita besteira com essa água. Muitas e muitas vezes eu via gente tirar o óleo do motor e alí mesmo na beira da água jogar. (...) o vento panhava aquele óleo por cima da água (...) e carregava ele, chegava lá na parte de cima não podia carregar mais e ele parava. Alí, podricia a água e podricia a terra”¹⁵.

O sistema de cultivo se manteve, ou seja, se configurou como uma continuidade na história da agricultura brasileira por todas as influências e conhecimentos implantados pela revolução verde. Apesar disso, a agricultura familiar local parece estar fortemente adaptada a práticas oriundas de modelos produtivos do agronegócio para a produção dos alimentos. Uma

¹³Entrevistado 1, agricultor, entrevista semi-estruturada realizada dia 30 de dezembro de 2015.

¹⁴ Agricultor 05, entrevista semi-estruturada realizada dia 30 de dezembro de 2015.

¹⁵Agenário Maia de Oliveira, agricultor, entrevista semi-estruturada realizada dia 22 de julho de 2016.

mesclagem onde famílias agricultoras, envolvendo toda a mão de obra familiar, aproveitam a potencialidade da unidade de produção utilizando os adubos/esterços, porém, aplicando também técnicas devastadoras, que impossibilitam o uso da palavra sustentabilidade. Diante disso e expressão “desenvolvimento sustentável”, é um grande desafio dentro da realidade local, pois as famílias precisam se manter economicamente, enquanto o meio ambiente precisa se manter equilibrado. Práticas como o uso dos agrotóxicos para conseguir produzir vai de encontro às formas de produções sustentáveis enquanto sem esse método as famílias não teriam êxito em suas produções e segurança econômica. Formas sustentáveis e insustentáveis que precisam ser discutidas e equilibradas, encontrando uma forma eficiente que garanta atender as necessidades econômicas e ambientais.

Dinâmicas do trabalho familiar e a questão da posse da terra

Marcada pela ausência da contratação de mão-de-obra externa, apresenta como um tópico interessante a maneira como o trabalho e o resultado deste são organizados/distribuídos dentro da estrutura familiar. Tratando de gênero, Mello (2002) aponta:

O trabalho da mulher na agricultura familiar é gratuito e considerado “ajuda”, revelando que a atividade desenvolvida nessa forma de produção pertence ao homem, é da sua responsabilidade, é sua obrigação. O trabalho da mulher, não sendo reconhecido, ao contrário do desempenhado pelo homem, sugere que ele não gera valor econômico e social. Usando a definição mais ampla de trabalho, ele não transforma a natureza através do dispêndio da capacidade física e mental. Tudo isso reafirma a tradicional divisão sexual do trabalho. (MELLO, 2002, p. 06).

A partir do trabalho de campo realizado, as entrevistas possibilitaram identificar que a construção da BSJJ impactou significativamente na vida das mulheres, através da participação ativa em todas as etapas, desde a plantação, adubação, manejo diário, ou seja, a produção, à comercialização, sendo elas também responsáveis pela renda obtida, levando-as a conquistar autonomia e respeito dentro da família, deixando de ocupar o papel de mera contribuinte, ou de “ajudante”, como Mello apontava em 2002, na citação acima. As mulheres passam a ser líderes do trabalho e da família. Os filhos contribuem com todo o trabalho, aprendendo e adotando o ofício, de modo que muitos deles dão continuidade às atividades agrícolas quando atingem a vida adulta. Identificamos que um índice pequeno de filhos escolhe outra forma de ocupação e geração de renda que não seja a agricultura.

No semi-árido nordestino, a agricultura familiar é realizada por membros da família, independentemente do sexo e da idade. Assim, é comum a participação de mulheres, crianças (desde os 7 anos de idade) e pessoas velhas, mesmo que em proporções menores do que os demais componentes, os adultos homens e mulheres (MELLO, 2002, p. 04).

Tratando da questão da posse da terra, em sua maioria, os documentos das terras estão majoritariamente em nome dos homens, as relações de gênero ainda limitam a mulher a ter a posse da terra em seu nome, à questão documental ainda é bastante restrita a figura masculina.

Também foi analisado que entre os agricultores há uma valorização da ação individual/familiar em detrimento do coletivo, uma vez que, estes não se reúnem para realização de atividades em grupo, inclusive, não existe qualquer meio de organização social na comunidade local. Não há expressiva participação em associações coletivas existentes nas proximidades embora haja adesão ao Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Quixabeira.

As relações sociais com famílias circunvizinhas são marcadas pelo individualismo com relação ao compartilhamento de atividades em conjunto, apesar de desenvolverem as mesmas atividades de produção, poucas informações são trocadas entre elas. Aspecto explicitado na contribuição a seguir: “as famílias são bem individuais, não tem muito essa coisa de fazer nada junto não¹⁶”, de modo que aspectos que dizem respeito a produção são socializados apenas a nível estritamente familiar. De modo sucinto, mesmo plantando e colhendo, muitas vezes, os mesmos produtos, não há grande interação, diálogo ou troca de experiências entre as famílias residentes no entorno da Barragem.

Outro ponto identificado na realidade das famílias ribeirinhas está no aprendizado e aplicabilidade dos filhos quanto a esta opção de ocupação e renda, que, em sua maioria, continuam no setor após a saída da casa dos pais, desenvolvendo a atividade produtiva (juventude no campo). Traçando uma comparação com outros espaços rurais, os ribeirinhos possuem um maior índice de juventude operando e vivendo no campo, com menor índice de êxodo ou distância, como discute Lourenzani (2006).

A agricultura familiar tem grande importância na redução do êxodo rural e no potencial de criar condições e oportunidades de trabalho e sobrevivência através de diversificados sistemas de produção e utilização dos recursos naturais. Assim esta estrutura produtiva contribui para o desenvolvimento de municípios de pequeno e médio porte. De maneira geral, o objetivo da maioria dos negócios familiares – incluindo os empreendimentos rurais – é

¹⁶Agricultora 2. Entrevista semi-estruturada realizada dia 30 de dezembro de 2015.

crescer de forma sustentável, aumentando sua viabilidade e preparando sua transição para a próxima geração (LOURENZANI, 2006, p. 08).

Além do desenvolvimento social para comunidade através das águas da BSJJ, as famílias acumularam bens, como casas próprias e transportes, que segundo os agricultores, foram adquiridos após a construção e o trabalho desenvolvido, como relata a fala seguinte: “Eu vou te dizer. Só não foi melhor por que a água salgou demais (...), hai de nois se não fosse essa água. (...) isso aqui era um lugar que ninguém podia morar¹⁷”.

A pesquisa evidenciou fatores importantes que contribuem para definir o perfil das famílias ribeirinhas. Os agricultores têm resistência em reconhecer que são posseiros, considerando que todos se identificam como proprietários das terras, que detém o poder sobre as mesmas. Identificou-se que das famílias pesquisadas, nenhuma participou do processo inicial de construção, indenizações, sendo seus antigos proprietários os protagonistas dessa fase histórica. Como demonstra um trecho do Projeto de Apoio ao Trabalho de Base para a organização e fixação do trabalhador rural na terra – PATB (APPJ, 1988):

Com a CPT (Comissão Pastoral da Terra) da Diocese de Senhor do Bonfim e alguns SRTs (Sindicato Rurais de Trabalhadores) da região conseguimos indenização para 433 famílias de pequenos agricultores que foram vítimas de desapropriação de suas terras para construção da Barragem (APPJ, 1988, p. 05).

O conhecimento sobre a posse das terras, as formas de utilização, a consciência ambiental e os métodos utilizados para diversas atividades são distintos entre os ribeirinhos. Dentro das próprias unidades de produção familiar acontecem a mesclagem dos métodos produtivos, alguns rústicos e tradicionais e outros mais avançados. O manejo do solo, apresenta fatores distintos para a preparação da terra, desde a aração manual, há utilização de maquinários (trator), assim como a utilização ou não de adubação biológica e/ou química, cada produtor trabalha da forma mais viável de acordo a sua propriedade e suas condições financeiras. No uso da água, os principais métodos de irrigação são por bombeamento, molha por mangueiras ou sistema de gotejo, este último ilustrado na Figura 04, a seguir.

¹⁷Entrevistado 7, agricultor, entrevista semi estruturada em 22 de julho de 2016.



Figura 04 - Sistema de gotejo para plantio de Alfaces, propriedade do Entrevistado 1, Jaboticaba - Quixabeira-BA, julho de 2016.

A modificação da paisagem a partir do modo de vida.

Pensando a paisagem como um meio de representação da realidade, Milton Santos (1988) a compreende como “*tudo aquilo que a nossa visão alcança é a paisagem. Esta pode ser definida como domínio do visível, aquilo que a vida abarca. Não é formada apenas de volume, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.*” (SANTOS, 1998, p. 01). Deste modo, a paisagem se torna forte aliada na identificação dos indicadores de sustentabilidade/insustentabilidade do espaço vivido, sendo possível identificar visivelmente a ausência das cores uma vez que, a área encontra-se totalmente descoberta de vegetação nativa, apresentando a predominância de uma só espécie, devido ao monocultivo de Algaroba¹⁸, que inicialmente foi plantada pelos agricultores, e posteriormente passou a se multiplicar espontaneamente. Segundo Guimarães Duque em sua obra, O Nordeste e suas lavouras xerófilas, “*O poder invasor e de resistência à seca da algaroba tem dado motivo a opiniões contrárias ao seu plantio, sob a alegação de que é uma praga*” (DUQUE, 2004, p.285). Na Figura 05 a seguir observa-se a proeminência de Algarobas em Área de Preservação Permanente em alguns pontos da Barragem. Conforme a memória do morador:

“As árvores que tinha era o que? Umbuzeiro, brauna, alecrim, caçutinga, aroeira, palmatoria, gravatá, sisal, mucambira, farinha seca (...) pau-de-colher (...). Agora hoje, o plantio da Barragem é o que, tá sendo algaroba. (...) Uma, no beço da água da

¹⁸*Prosopis juliflora*, espécie vegetal arbórea da família Fabacea e (leguminosa), pouco exigente em relação à água. BATISTA, Mabel de Barros. Aspectos tecnológicos de obtenção da farinha integral de algaroba para uso em produtos de panificação. 2007. In: <http://fazendaelldorado.blogspot.com.br/2012/04/algaroba.html>.

barragem (...) o povo destruiu (...) e a área da barragem quem destruiu foi a água”¹⁹.



Figura 05 – Foto apresentando paisagem com algarobas na margem da Barragem São José do Jacuípe. Jaboaticaba - Quixabeira, julho de 2016.

No uso da barragem foram se desenvolvendo práticas como o desmatamento das matas ciliares, sistemas de irrigação sem critérios socioambientais, uso de agrotóxicos, poluição por lixo degradável e não degradável. Apesar dos estudos e apontamentos para a importância da preservação das matas ciliares no sentido da sustentabilidade das barragens, percebe-se o problema que acarreta em danos ambientais.

Entre os cientistas há um consenso de que as áreas marginais a corpos d’água sejam várzeas ou florestas ripárias (ciliares), são áreas insubstituíveis em razão da rica biodiversidade que ostentam e de seu alto grau de especialização e endemismo. Além disso, proporcionam serviços ecossistêmicos essenciais como a regularização hidrológica na atenuação de cheias e vazantes, a estabilização de encostas contra erosões, a manutenção da população de polinizadores e de ictiofauna, o controle natural de pragas, de doenças e das espécies exóticas invasoras (VECCHIA, 2012, p.12).

O desmatamento conseqüentemente diminuiu a diversidade nativa da área, resultando também na perda da biodiversidade dos animais silvestres, o que afeta diretamente no controle biológico aumentando a infestação de determinadas pragas e doenças nas lavouras. A Figura 06, abaixo, demonstra a ausência de cobertura vegetal nativa, ausência de mata ciliar, conseqüentemente o espelho d’água encontra-se vulnerável ao assoreamento.

¹⁹Entrevistado 7. Posseiro primário, agricultor e morador do perímetro da BSSJ.



Figura 06 – Característica vegetativa da área da Barragem São José do Jacuípe. Jaboticaba - Quixabeira, julho 2016.

A pesquisa semi-estruturada, em suma, identificou que inicialmente a construção da barragem foi responsável pela devastação ambiental de todo o perímetro. Um processo contínuo iniciado com a distribuição da terra em pequenos lotes/posses uma vez que as famílias se interessavam em desmatar para aumentar as áreas de plantação. “Quando tinha a caatinga eles desmatavam, no caso, pra fazer uma roça, um roçado, chamado, pra fazer plantio, no caso, não de verdura essas coisas, antes era de mamona, essas coisas²⁰”, e continuavam desmatando para fazer rotação de áreas plantadas, tentando fugir de pragas, infertilidade do solo e acompanhando o nível da água em épocas de baixa ou cheias, não permanecendo em um lugar fixo, comprometendo toda a área..

A paisagem no entorno da Barragem São José do Jacuípe foi completamente modificada, a caatinga deu lugar a imensas áreas de plantação e a predominância de espécies de árvore como a Algaroba. O combate à Malva²¹ também se distingue, tendo em vista que enquanto alguns destocam a área outros utilizam o uso de Herbicidas, que, segundo eles, apresenta um custo menor, resultados rápidos e facilidade no manejo. No mais, a pesca artesanal não é uma atividade desenvolvida pelas famílias pesquisadas. O turismo em torno da Barragem São José do Jacuípe, já foi considerado outro grande potencial local de fonte de renda, visitada por pessoas de toda a região de Quixabeira, era uma opção de lazer para diversas famílias, porém diminuiu consideravelmente por conta da diminuição do nível da água.

²⁰Entrevistado 6, agricultor, entrevista semi-estruturada, julho 2016.

²¹Herbácea da família Malvaceae, planta rasteira bastante comum na região semiárida. OLIVEIRA, Leydiane Bezerra. Identificação e Compatibilidade de Espécies Herbáceas Nativas e BRS Piatã (Brachiaria Brizantha Cv. Piatã). 2015.

Considerações Finais

A presente pesquisa permite-nos concluir que a Barragem São José do Jacuípe se apresenta como um potencial hídrico muito valorizado pela comunidade local. Sua capacidade hídrica contribui de forma significativa para a convivência humana na região semiárida do município de Quixabeira. Para além dos benefícios sociais, econômicos e ambientais, certa dicotomia envolve as formas de uso do manancial. A barragem proporciona, em seu entorno, a prática da agricultura familiar, especialmente o plantio de hortaliças, envolvendo a participação de toda a família, inclusive dos filhos em horários opostos a escola em todo o processo produtivo: plantação, molha, colheita e comercialização. No decorrer dos anos, as culturas irrigadas foram sendo substituídas, justificadas por motivos relacionados à incapacidade produtiva do solo e excesso de pragas. Assim, periodicamente, vão surgindo novas espécies agriculturáveis no entorno da Barragem.

Uma questão interessante está nos relatos dos agricultores e agricultoras quanto à reaplicabilidade de cultivo das mesmas espécies entre os moradores, fator esse que acarreta redução nos preços dos produtos, uma vez que há aumento significativa da oferta da mesma mercadoria no comércio local. As famílias ribeirinhas sentem-se gratas pela oportunidade de serem auto-suficientes e atribuem à barragem a permanência na região por ter uma fonte de ocupação e renda, de modo que a partir da produção, houve uma melhoria financeira das famílias. Mesmo assim, a um certo esvaziamento dos jovens no espaço produtivo, apresentando relativa migração para outras áreas e lugares.

Quanto aos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER²² na região de Quixabeira, observa-se que os ribeirinhos adotam certa resistência em relação ao trabalho, aspecto ligado a conflitos que permeiam a realidade dos posseiros desde a ocupação da área, assim como também relacionados ao trabalho exaustivo exercido, o que inviabiliza que membros da família deixem a labuta corriqueira para garantir a participação nas atividades coletivas realizadas. Inclusive, percebe-se também a exposição dos trabalhadores e trabalhadoras que não utilizam equipamentos de proteção individual para diminuir o contato com o sol e produtos químicos utilizados na plantação.

As famílias consideram o estado ausente, e interpretam as poucas visitas feitas por órgãos representativos como tentativas de assegurar a qualidade da água com a adoção de práticas de higiene e do destino adequado de produtos químicos. Uma questão não

²² Relatório Anual da Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba – APPJ. 2004.

identificada foi sobre a utilização de produtos químicos para o controle de pragas e doenças. Os agricultores hesitam em falar do assunto ou desconversam por terem conhecimento da resistência da população para com o consumo de agrotóxicos. Os sistemas de irrigação estão gradativamente passando por modificações que buscam otimizar o uso da água.

A questão ambiental pode ser comprovada mais empiricamente através da análise das fotos. A caatinga que acobertava as margens da barragem deu lugar para as pastagens e plantações de culturas anuais. A incidência de árvores frutíferas é quase inexistente. A área vem sendo coberta espontaneamente por Algarobas utilizadas para confecção de madeiras e alimentação dos rebanhos.

Atualmente é praticamente inexistente a prática do turismo rural antes bem explorado, assim como a redução da pesca devido, a diminuição do espelho d'água, que conseqüentemente prejudicou a prática da pesca e reduziu a criação de peixes através do projeto de piscicultura que existia na BSSJ. Quanto ao aumento e diversidade da produção, foi possível identificar que se comparado ao método de produção utilizado antes da construção da Barragem (sequeiro), com os métodos desenvolvidos após a construção (irrigação) houve sim um aumento e diversidade produtiva. Porém, essa tendência vem diminuindo com predominância de certa homogeneização produtiva.

De modo geral a barragem é reconhecida e potencializada como produtiva, porém, demanda uma intervenção governamental e social a fim de avaliar as reais condições do solo e da água como também, aproximar a temática da convivência sustentável e restaurar áreas degradadas, a fim de diminuir os possíveis impactos ambientais da salinização, desmatamento das matas ciliares, contaminação do solo e água por agrotóxico, produção de alimentos contaminados a fim de unir conservação e preservação ambiental, além do manejo adequado da água e do solo. A soma de inúmeros fatores/aspectos referentes às dinâmicas de usos da barragem e seu entorno, implantados desde a construção da mesma, favoreceram impactos ambientais como erosão, assoreamento, aumento da salinização e diminuição da capacidade de armazenamento da água do manancial.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Lúcia M. Alves de; RIGOLIN, Tércio B. *A questão ambiental: natureza, sociedade e tecnologia*. In: Geografia: série – novo ensino médio. São Paulo. Editora Atica, 2002. P. 07-186.

APPJ - Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba. *Projeto de Apoio ao Trabalho de Base para a organização e fixação do trabalhador rural na terra - PATB* - Documento integrante do arquivo da APPJ –. Quixabeira - BA, 1988.

APPJ - Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba. Relatório Anual da APPJ. Quixabeira – BA. 2004.

BRASIL. Lei 11.326. De 24 de julho de 2006.. In: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acessado em: 05/03/2016.

BRASIL. Lei 12.787. De 11 de janeiro de 2013. In:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112787.htm. Acessado em: 01/05/2015.

BRASIL. Lei 6.969. De 10 de dezembro de 1981. do § 2º do art. 589 do Código Civil e dá outras providências. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6969.htm. Acessado em: 02/01/2016.

CENESC. Centro Educacional SESC Cidadania. Influência da mídia na alimentação. In: http://www.sesccidadania.com.br/pt-br/site.php?secao=programas_nutricao&area=programas&pub=652&letra. Acessado em: 14/01/2016.

DUQUE, José Guimarães. *O Nordeste e as lavouras xerófilas*. 4a ed. - Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

GNADLINGER, Johann. *Captação de Água de Chuva para Populações Rurais em Localidades Áridas e Semiáridas*. IRPAA – Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada. Juazeiro – Bahia. 2012.

IBGE Cidades. In: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=292593&search=bahia|quixabeira|infograficos:-informacoes-completas>. Acessado em: 18/05/2015.

LOURENZANI, Wagner Luiz. Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. In: *Organizações Rurais e Agroindustriais/ Revista de Administração da UFLA, Lavras, volume 8 - n.3 - set./dez. 2006*.

MELLO, Lígia Albuquerque. Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar. 2002. 14 p. In: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/gt_gen_po9_albuquerque_texto.pdf>. Acesso em: 20/02/2016.

MESQUITA, Lívia Aparecida Pires de; MENDES, Estevane de Paula Pontes. *Mulheres na agricultura familiar: a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO)*. Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão – UFG, 2012.

Ministério Nacional da Integração. *Política Nacional da Integração*. In: <http://www.integracao.gov.br/politica-nacional-de-irrigacao>. Acessado em: 06/05/2015.

MOURA, Nara Núbia de. *Percepção de Risco do uso de agrotóxicos: o caso dos produtores de tomate de São José de Ubá/RJ*. Rio de Janeiro: UFRRJ, 2005. p.16.

- Novais, Marcos Paulo Souza. A Experiência da Escola Família Agrícola de Quixabeira, no Semiárido Baiano CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 9, n. 19, p. 531-543, out., 2014.
- OLIVEIRA, Cláudia Regina Osório de. *Impactos ambientais em barragens*. Anhembi, São Paulo, 2004. 74 p.
- QUARESMA, Sílvia Jurema; BONI, Valdete. *Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais*. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.
- SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- SANTOS, Diógenes Marcelino Barbosa. Caracterização da Salinidade e Qualidade Agrônômica da Água do Lago de São José do Jacuípe do Semiárido da Bahia. Jornada de Engenharia Sanitária e Ambiental, Salvador, 2013.
- SANTOS, M. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo, HUCITEC, p.61, 1988.
- SANTOS, Reginaldo Gouveia dos. *Impactos Socioambientais à margem do Rio São Francisco: um estudo de caso*. 2008. 193 p. Dissertação de mestrado – DPGEO/FFLCH – USP, São Paulo, 2008.
- SENESC. Centro Educacional SESC Cidadania. Influência da mídia na alimentação. In: http://www.sesccidadania.com.br/pt-br/site.php?secao=programas_nutricao&area=programas&pub=652&letra. Acessado em: 12/02/2016.
- SIAB - Sistema de Informação de Atenção Básica. Prefeitura Municipal de Quixabeira. Quixabeira, Bahia. 13/10/2015.
- SRH – Superintendência de Recursos Hídricos da Bahia. Projeto de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado da Bahia – PGRG. Bacia do Jacuípe. Relatório do SRH Salvador: julho 2003, 6, 24, 54 p.
- THOMSON, Alistair. “Recompondo a Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias”. In: Projeto História, São Paulo. n. 15, abril/1997.
- THOMPSON, Paul. A voz do passado. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- TURATO, E.R.; *Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa*. Rev. Saúde Pública. v. 39, n.3, p.507-14, 2005.
- VECCHIA, Rodnei. Impactos provocados por usinas hidrelétricas. *Administradores Artigos*. 2012. In: <http://www.administradores.com.br/artigos/economia-e-financas/impactos-provocados-por-usinas-hidreletricas/62812/>. Acesso em: 02/03/2016.

Apêndices



1. Plantio de tomate irrigado, cultiváveis pioneiros da área. Arquivo da APPJ. 1990.



2. Sistema de irrigação a motor. Arquivo da APPJ. 1990.



3. Barragem com nível de água menor que 5%. Agosto de 2015.



4. Vista do Balneário, até onde iam as águas em anos anteriores. Novembro de 2015.



5. Barragem após as chuvas de janeiro/2016. Foto cedida por Ubiratan Mendes. Fevereiro de 2016.